



ELITES POLÍTICO- MILITARES BRASILEIRAS: SEMELHANÇA E CONTINUIDADE 1964-1975

Max. G. Manwaring

O autor é titular da cátedra de Ciências Políticas da Universidade Estadual de Memphis. Formou-se em Ciências Políticas e Economia pela Universidade de Utah, e obteve os títulos de Mestre e Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Illinois.

O estudo das elites políticas na sociedade é geralmente considerado importante ao menos por três razões. Em primeiro lugar, ao examinar os dados sobre os antecedentes e atitudes dos responsáveis pela tomada de decisões, o analista encontra-se em melhor posição para compreender por que elas foram adotadas. Segundo, ao analisar o recrutamento político para as altas posições de uma sociedade, podemos avaliar como funciona o processo de seleção e determinar, pelo menos em termos superficiais, se certos tipos de pessoas e interesses são promovidos ou restringidos pelo processo. Finalmente, a pesquisa sobre mudanças que ocorrem nos antecedentes e atitudes das elites políticas no decorrer do tempo é uma boa indicação da mudança que transcorre nos próprios sistemas.

Cada uma dessas áreas de análise das elites políticas foi assunto de pesquisa sobre as elites soviéticas. Especificamente, a pesquisa sobre elites no caso dos líderes russos foi usada para examinar tópicos tais como a direção do desenvolvimento do sistema político¹, os critérios para acesso a posições de liderança², as atitudes e valores da elite³, e a previsão e explicação do comportamento da elite⁴. A abordagem comum à maioria dessas pesquisas tem sido coligir dados a respeito de antecedentes sociais e de padrões de desenvolvimento da carreira de líderes e fazer deduções sobre uma determinada variável dependente em questão.⁵

Tem-se feito muito menos em outras partes do mundo e muito pouca pesquisa tem sido empreendida a respeito das elites latino-americanas. Segundo William A. Welsh, apenas cinco artigos foram publicados em dois periódicos principais de orientação latino-americana de 1960 a 1968⁶ e somente seis outros em todos os periódicos desde 1968 até o fim de 1976. Além disso, de acordo com Welsh,

tem-se feito muito pouca pesquisa sistemática de qualquer espécie sobre política na América Latina.⁸ Entretanto, não é raro encontrar as principais características da política nesse Continente descritas quase inteiramente em termos de fatores diretamente associados à natureza da liderança política. Por fim, nada tem sido escrito sobre as elites brasileiras, a despeito do fato da extensão e do poder em potencial do Brasil; e, com suas realizações econômicas no decorrer da última década, tornou-se um modelo possível de emulação no chamado mundo em desenvolvimento.

Propomo-nos a aplicar algumas das idéias e métodos desenvolvidos nos estudos⁹ das elites soviéticas no contexto brasileiro. O principal objetivo é analisar o elo entre os antecedentes e atitudes sócio-profissionais da elite executiva brasileira a fim de desenvolver propostas empiricamente examináveis com relação à política do governo e ao desenvolvimento de sistemas políticos. Os objetivos secundários são pesquisar os tipos de indivíduos recrutados no nível de gabinete desde a Revolução de 1964; e examinar e descrever, minuciosamente, as metas políticas e expectativas dos Presidentes brasileiros do período pós-64.

Análise da Elite

Este estudo examinou uma elite institucional, os Presidentes e Gabinetes — a elite executiva — nos diversos regimes militares brasileiros desde 1964. Preferimos focalizar os Presidentes e seus gabinetes pelas seguintes razões: (1) o Chefe de Estado é provavelmente o elemento mais importante no sistema político; e suas atitudes são assaz importantes, se não dominantes; (2) um indivíduo não será convidado a fazer parte de um gabinete se suas atitudes — bem como seus antecedentes — diferirem de maneira significativa das do Presidente; (3) o uso deste conceito de elite permite uma possível comparação em âmbito nacional, como também dentro de qualquer sistema com o correr do tempo; (4) se a política de recrutamento for de importância para o sistema, é provável que isso seja refletido no nível de gabinete; e (5) certas decisões ou não decisões que podem exercer um impacto significativo sobre a sociedade podem contornar por completo as instituições governamentais. Entretanto, no Brasil, aquilo que exige legitimação, financiamento público ou apoio coercivo do Estado, deve passar pelo executivo e, portanto, pelo Gabinete.

Desenvolvimento

O desenvolvimento é um fenômeno múltiplo que compreende o grau em que uma nação-estado organizou suas possibilidades para modificar suas instituições políticas, econômicas e sociais. Embora não seja necessário que essa mudança seja unidirecional, quer em termos econômicos ou ideológicos, a definição no contexto brasileiro sugere que o desenvolvimento é o estímulo das chamadas sociedades modernas e industrializadas da América do Norte e da Europa Ocidental. A fim de utilizar o conceito de modernização, tencionamos examinar os antecedentes dessa elite institucional em termos das características de "modernizadores", conforme definidas por Laswell, Kautsky, Welsh e outros.¹⁰ Entre as características sócio-profissio-

nais mais importantes de um modernizador citam-se: idade relativamente jovem, de ambiente urbano, curso universitário, educação posterior e/ou treinamento no nível de pós-graduação, ofício numa instituição moderna e viagens prolongadas numa sociedade industrial.

Características dos Antecedentes Sociais

Neste estudo, as características de antecedentes sociais referem-se àqueles fatores que afetam o desenvolvimento inicial de um indivíduo. Os principais indicadores dessa variável são: idade na época da designação para um cargo ministerial ou eleição como Presidente e formação em zona rural ou urbana. Mais importante, supõe-se que os modernizadores tendem a ser relativamente jovens e de formação urbana. Definimos "juventude" como idade inferior a 45 anos na época da assunção ao cargo. A variável "formação em zona urbana ou rural" proporciona informação para avaliar a pressuposição de uma formação urbana. Entretanto acreditamos que a variável "residência na época da nomeação" proporciona um quadro mais exato no sentido de que o tipo da formação inicial não é importante se as outras condições forem satisfeitas.

Além disso, consideramos o tipo de especialização educacional ou ocupação aprendida, e o nível de educação como variáveis da formação social. Esse grupo de variáveis é geralmente sujeito ao controle individual e relaciona-se primariamente à socialização dos primeiros anos de idade adulta.

Desenvolvimento de Carreira e Especialização

Do ponto de vista conceitual, o desenvolvimento de carreira e a especialização abrangem todas as atividades importantes em que está envolvido um indivíduo durante o decorrer de sua vida profissional. Isso incluiria o padrão de todos os cargos profissionais, proficiências adquiridas nessas atividades, e viagens e residência no exterior. Como medidas operacionais desse conceito, sugerimos quatro dimensões distintas: afiliação estrutural, afiliação funcional, nível de especialização e viagem e/ou residência prolongada no exterior.

Valores, Crenças e Atitudes

Segundo as sugestões de Searing¹¹ e Welsh,¹² achamos que é significativo distinguir entre a orientação geral de valores sobre política e a de questões mais específicas e efêmeras sobre política. Os valores e crenças básicos ou gerais de um indivíduo com relação a ela têm uma qualidade duradoura. Tais valores provavelmente afetam a percepção do indivíduo de seu ambiente imediato e proporcionam base para formular opiniões a respeito de certos aspectos desse ambiente. Examinamos apenas quatro: metas principais, orientação para o papel do governo na consecução dessas metas, estilo ideológico e ênfase sobre a necessidade de disciplina e vigilância na obtenção das mesmas.

Uma vez que a pesquisa sobre essa variável era importante para este estudo, foram adotadas várias abordagens operacionais a fim de pesquisar esses diferentes tipos de dimensões sobre atitudes. Primeira, fez-se a análise sistemática de uma amostragem de discursos feitos pelos Presidentes, a qual indicava os assuntos discutidos e o número de parágrafos em que o tópico era abordado. Segunda, o conceito do Presidente sobre qual devia ser o papel do Governo é algo fundamental para a compreensão de suas atitudes em vários assuntos que afetam o governo ou a atividade militar. A nosso ver, essa dimensão da atitude é básica. Tem valor subjacente, o qual representa mais do que uma percepção do cargo; reflete opiniões sobre o que o executivo, como instituição, deve fazer. A fim de avaliar essa atitude, usamos a abordagem utilizada com êxito por Lodge, e simplesmente contamos o número de parágrafos que apoiaram cada tipo de papel.¹³ Com relação ao conceito do papel do Governo ou dos militares, uma série de perguntas avaliou as opiniões do Presidente a respeito da distribuição de recursos. Essas questões indicavam a importância relativa dos diferentes setores da economia. Terceira, a ênfase dada pelo Presidente a temas tais como disciplina, controle e vigilância no alcance das metas constituiu outra opinião que se relaciona estreitamente com o papel do governo na obtenção geral, simplesmente contamos os parágrafos que ressaltam os temas de disciplina, vigilância e controle e os codificamos como dando ênfase a uma função forte, moderada, fraca ou não governamental nessa área. Quarta, analisou-se o estilo ideológico desenvolvendo-se duas medidas diferentes a respeito da abordagem analítica do Presidente em seus discursos: preocupação com princípios abstratos e o grau de orientação futura. Em cada caso, desenvolveu-se e codificou-se uma escala de três pontos, a qual ressalta um dos extremos ou possuía elementos de ambos.¹⁴

Comportamento Político das Elites

Conceitualmente, o comportamento refere-se à ação. Conseguimos tornar operacional o comportamento dos vários executivos construindo três dimensões: desempenho administrativo, desempenho político e conformidade de grupos com as metas. Definimos o primeiro — muito estreitamente — como a designação dos membros do Gabinete. Isso responde à pergunta se o Presidente que dá ênfase à meta do desenvolvimento em seus discursos nomeia modernizadores para o seu Gabinete. O desempenho político refere-se à posição relativa, em termos orçamentários, das áreas consideradas diretamente relacionadas com o desenvolvimento e daquelas menos imediatamente relacionadas. Por fim, examinamos a conformidade do grupo às metas executivas em termos de duração no cargo. Ou seja, o indivíduo renunciará ou será demitido se não puder concordar em princípio com as metas estabelecidas pelo Presidente.

Assim, combinam-se dois conjuntos de dados para esse estudo — antecedentes e atitudes sócio-profissionais. Os dados foram coligidos de várias fontes sobre cada um dos 59 ministros de gabinete e dos quatro Presidentes que governaram desde 1964. Esses dados foram classificados em oito variáveis e agrupados em quatro conjuntos correspondentes à participação nos governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici e Geisel.

Foram coligidos dados sobre atitudes de uma amostragem de 21 discursos feitos pelos quatro Presidentes já mencionados. A análise de conteúdo desses discursos centraliza-se na orientação, prioridades e ênfase sobre a necessidade de disciplina e vigilância para alcançar as metas prioritárias. Esses dados foram classificados em seis variáveis e agrupados em quatro conjuntos correspondentes aos quatro governos militares.

Apesar de certa falta de dados, essa análise revela muito sobre o sistema político brasileiro contemporâneo. Os padrões examinados levaram à conclusão de que os modernizadores e a idéia do desenvolvimento brasileiro predominam totalmente.

Conclusões

Tipos de Indivíduos Convocados para o Executivo Brasileiro

Os dados indicam claramente que existe bastante semelhança e continuidade durante o período 1964-1975. Em geral, aqueles indivíduos são mais para velhos do que para jovens, e tendem a ter vindo de uma base rural. No entanto, o exame do local de residência à época da nomeação indica que a residência e as ligações adquiridas em uma cidade importante, no sul ou no leste, são necessárias, em termos de reconhecimento e mobilidade ascendente, no sistema brasileiro. Nessa relação, 71 de todos os ministros moravam na cidade do Rio de Janeiro antes de suas indicações. Seguem-se Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Salvador, respectivamente, com percentagens consideravelmente menores.

Dada sua importância para o processo de desenvolvimento, a variável educação é particularmente interessante. Além disso, quando os valores são comparados ao nível de educação das populações brasileiras, como um todo, o grau em que se encontra a elite brasileira, na verdade, a transforma numa elite evidente. Cem por cento da elite executiva têm, no mínimo, educação universitária ao nível de Bacharel. Ao mesmo tempo, apenas 3% da população do Brasil completaram o curso secundário. 43% dos gabinetes pós-64 receberam educação militar. Advocacia, engenharia, economia e medicina seguem com 21%, 17%, 12% e 7%, respectivamente.

O contraste básico final, na área das características dos antecedentes sociais, surge quando se determinam as proporções do grupo relativamente homogêneo que recebeu educação adicional. De acordo com Donaldson e Walter, este é o melhor teste de proporções concernente à relativa capacidade de sistemas para mudar, pela opção conjunta, por pessoas da elite com maior conhecimento especializado — os "modernizadores da administração".¹⁶ 81% de todo o grupo receberam alguma espécie de treinamento superior. Acharmos que a tendência para maior número de indivíduos com educação superior adicional continua em marcha notável, até atingirmos a administração contemporânea de Geisel 64%, 85% e 100%, respectivamente, dos grupos executivos de Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici receberam educação e treinamento em nível superior. Entretanto, os

componentes da administração do Presidente Geisel, treinados, atingiram o respeitável percentual de 77.

Oitenta e quatro por cento dos executivos pós-64 tiveram uma relação de origem com uma instituição moderna — a militar, a burocracia, ou o comércio e indústria.

Com base nas múltiplas variáveis examinadas, emerge, relativamente clara, a imagem do modernizador. A presença de indivíduos no executivo com as características de modernizador, é de fato uma explicação importante que ajuda a definir o regime modernizador. Outrossim, o fato de 26% do executivo não ter cinco ou mais das sete características que definem um modernizador sugere que há, na realidade, menos não-modernizadores do que os 26% poderiam indicar, e embora as semelhanças dentro do grupo inteiro sejam bem maiores do que as diferenças, há um pequeno grupo, de aproximadamente 10%, de cada um dos quatro componentes do executivo pós-64 que parece, de fato, representar algo diferente da imagem do modernizador.

Finalmente, os dados indicam algumas mudanças no tempo que são importantes tanto sob a perspectiva da teoria de circulação e convergência da elite quanto da teoria da modernização. Enquanto os oficiais das Forças Armadas constituem cerca de 40 a 45% do gabinete pós-64, o percentual restante é composto de representantes de outros grupos importantes na sociedade brasileira. Com relação a isto, parece que nos gabinetes pós-64: (1) os militares, como instituições, substituíram os representantes dos estados como entidade dominante no executivo; (2) o Leste e o Sul, como regiões, continuam a dominar, mas a integração de outras áreas — especialmente o Norte e o Nordeste — tem recebido mais ênfase; (3) o comércio e a indústria têm mantido representações ao nível de gabinete; e (4) os técnicos e administradores estão substituindo os políticos profissionais. Conseqüentemente, a coalizão estatal burocrático-militar, dominada por representantes dos estados ricos e populosos do leste e do sul durante o período 1958-64, deu lugar a uma coligação semelhante, porém mais amplamente dominada pelos militares.

Filosofia, Objetivos e Perspectivas dos Militares Brasileiros

A síntese do pensamento militar brasileiro concernente à responsabilidade das Forças Armadas para com a nação, a Constituição e o governo, é, de um modo geral, sincera e simples. Primeiro, há uma diferença entre o Estado e a Pátria (a nação, ou Terra Mãe). O Estado é para hoje; a Pátria é para sempre. A fidelidade, pois, é para com a Pátria — não para com o governo do dia. A Pátria não é apenas o solo; são, também, as tradições que provaram ser boas para os brasileiros de gerações anteriores; são as esperanças e aspirações das crianças brasileiras; é a vontade de viver juntos, em uma comunidade de costumes, língua, religião, sofrimento e alegrias experimentadas em comum; e é lei, justiça e liberdade individual. Aqueles que servem à Pátria são os que não comprometem esses ideais e os que não os degradam. Sob o ponto de vista militar, os que servem à Pátria são aqueles que foram

educados e lutam pela paz, pela solidariedade e pelo desenvolvimento, através da justiça e da razão.

Em segundo lugar, o estado existe para o bem do indivíduo enquanto trabalha na direção do bem-estar da Pátria. Conseqüentemente, o estado ou o governo é um instrumento e não um fim em si mesmo. Neste contexto, o estado tem uma responsabilidade para com a Pátria. Se o estado não funcionar para o bem desta, o povo não apenas está autorizado — mas tem a responsabilidade — de depor esse governo e estabelecer um que trabalhe para o benefício da Pátria. Uma vez que o povo é desarmado e desorganizado, ele não pode fazer uso desse direito por si próprio. Em caso de necessidade, tal poder é transferido àqueles que foram autorizados a usar armas e aos quais foi dada a missão constitucional de preservar a Constituição — as Forças Armadas.

Se o estado controlar os militares, a rebelião física e a derrubada de tal governo ilegítimo é impossível. A única rebelião possível é a rebelião intelectual de Camus, que pode levar muito tempo para gerar a mudança, necessária e desejada. A única alternativa lógica é manter o monopólio da violência fora das mãos de um aparelho estatal injusto. Isto é feito dando às Forças Armadas o status de "instituição permanente", acima do estado; e dando aos militares a missão de garantir a Constituição e definir o bem-estar da Pátria.

Em circunstâncias normais, as Forças Armadas podem colaborar integral e vigorosamente com o governo, em seu esforço político. No entanto, isto deve ser feito como missões complementares e secundárias porque, se os militares não tiverem cuidado, objetivos subalternos podem transformar as Forças Armadas em organizações marginais. Isto deve ser evitado, para o bem da nação.

Não obstante, os militares estão completamente cientes de que não é bastante manter a proficiência técnica, sem tentar, ao mesmo tempo, contribuir para as várias atividades da vida nacional. A cooperação entre as instituições civis e militares é uma força essencial para o desenvolvimento nacional. Esta tarefa, que é particularmente vital no atual estágio de desenvolvimento do Brasil, consiste em dois elementos: (1) a defesa da soberania econômica e política num mundo que está se tornando cada dia mais agressivo; e (2) participação contínua e ampliada nos programas de ação cívica, projetos de obras públicas, e na construção da base industrial e agrícola nacional.

Então, ao assumir o poder governamental, os militares assumiram dois papéis adicionais: (1) educar e preparar um núcleo de líderes verdadeiramente nacionais, que dirija e execute as políticas e os programas do governo brasileiro nos níveis nacional, estadual e local; e (2) transformar o país em uma nação real, que assumirá seu devido lugar entre as grandes potências do mundo.

Em conseqüência, os militares, à sua maneira, estão tentando ajustar ou compensar as insuficiências reais ou sentidas nas instituições políticas centrais; qualquer outra atitude refletiria uma falta de sensibilidade nacional e de preocupação com a Pátria por parte dos militares.

Os Presidentes Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici e Geisel foram bem claros e extremamente uniformes na articulação desses objetivos e esperanças públicas. Além disso, nossas medidas de estilo ideológico indicam que esses presidentes — Garrastazu Médici, mais do que os outros, no entanto — deram ênfase, consistentemente, ao desenvolvimento completo, econômico, político e social, como a base de legitimação para a política. Também, de acordo com os nossos indicadores ideológicos, esses indivíduos são muito práticos e pragmáticos em seus pontos de vista; e, também, é claro que o papel principal do estado é assegurar a obtenção das mudanças desejadas através de forte vigilância, disciplina e medidas de controle.

Desde 1964, os presidentes militares têm permanecido uniformes com respeito ao fato de que tudo que foi dito por eles, em última instância, estava relacionado com a idéia de desenvolvimento econômico. Com relação a isso, o desenvolvimento político e social e, mesmo, o militar, não são, no entanto, prioridades secundárias. Ao contrário, cada uma dessas áreas tem suas próprias funções genéricas a cumprir, interagindo umas com as outras para proporcionar o desenvolvimento econômico e a conseqüente obtenção de um status de potência mundial para o Brasil. Por exemplo, a área militar proporciona o aparelho estatal, político e administrativo; e o ímpeto para fazer do Brasil uma grande potência mundial. A área política provê a estrutura de poder e os mecanismos de controle baseados nos quais o estado insere e executa suas políticas para o desenvolvimento econômico e o bem-estar da nação. Finalmente, a área social trabalha para incutir as idéias e os ideais da "Revolução", e também trabalha no sentido de colocar o povo brasileiro numa posição em que ele possa, em última análise, fazer escolhas expressivas.

Tanto quanto esta filosofia política deixa a desejar, ela tem sido consistentemente articulada por um período superior a dez anos, por quatro executivos diferentes. As implicações são claras — os militares, agora, têm o pessoal competente, assim como o monopólio da violência que pode assegurar, desde que não ocorram circunstâncias opostas imprevistas, a construção do Brasil à sua própria imagem.

Ligação

Como observamos anteriormente, poucos foram os trabalhos empíricos realizados que examinam o número imenso de possíveis relacionamentos que podem existir entre os grupos de variáveis identificadas. No entanto, este e outro trabalho sobre as elites soviéticas e européias têm sido úteis para desenvolver um modelo de trabalho de relacionamento que nós podemos imaginar.

Primeiro, como já afirmamos, nós testamos o relacionamento entre Características da Formação Social e Desenvolvimento de Carreira e Especialização. O Coeficiente de Correlações de Contingência atingiu .22 — o que indica uma ligação muito fraca entre estes dois conjuntos de variáveis. De acordo com a literatura de socialização, poderíamos ter esperado um relacionamento mais forte; no entanto, o trabalho de Edinger, Searing e Lodge sugere que ele é, de fato, relativamente fraco.¹⁷

Por outro lado, o Desenvolvimento de Carreira e Especialização, como definido aqui, parece ser mais fortemente ligado a Valores, Atitudes e Crenças. Nossos indicadores sugerem claramente esta ligação. Por exemplo, a análise do assunto mostra uma forte orientação no sentido do desenvolvimento por parte de todos os quatro Presidentes pós-64. Ao mesmo tempo, estes Presidentes também mostram uma tendência muito forte no sentido da designação de indivíduos para os seus gabinetes, os quais, pode-se esperar, estejam relativamente interessados em desenvolvimento.

As tabelas de Atitude indicam que 61% dos parágrafos que tratam dos objetivos principais estavam diretamente relacionados com desenvolvimento. Ao mesmo tempo, pode ser observado que, virtualmente, tudo que foi dito por todos os quatro Presidentes estava incluído num contexto de desenvolvimento. Por exemplo, a segunda categoria de objetivos mais importantes — Prestígio Nacional — foi constantemente discutida em termos de desenvolvimento nacional e modernização. Estes dados também sugerem que o principal papel do governo é exercer forte disciplina, vigilância e controle, de modo a atingir os objetivos articulados. Ao mesmo tempo, os dados também sugerem que há uma grande pressão para o desenvolvimento definitivo do Brasil como uma legitimação da política; e que há uma forte pressão sobre as áreas mais diretamente associadas ao desenvolvimento, em termos de distribuição de recursos. Além do mais, em termos de prioridades, está claro, também, que cada um dos quatro Presidentes colocou o desenvolvimento econômico, político e social nessa ordem.

Os dados sobre Desenvolvimento de Carreira e Especialização indicam que 84% de todos os gabinetes estiveram associados a uma instituição moderna; 82% têm o treinamento e/ou experiência que os qualificam como semi-especialistas ou especialistas e são competentes para contribuir para o processo de modernização; 87% têm tido ligação cerrada com uma sociedade moderna, industrializada, na Europa ou na América do Norte; e 77% serviram em postos de alto nível, no governo ou nas organizações militares, onde a expectativa era para favorecer e trabalhar no sentido do desenvolvimento e da modernização. Além do mais, entre aqueles que têm tido uma ligação funcional moderna, todos (100%) estiveram envolvidos em mobilizar tecnologia ou administrar homens. Conseqüentemente, esses dois conjuntos de dados — Atitudes e Desenvolvimento de Carreira — parecem estar intimamente ligados.

Finalmente, nosso modelo sugere que a influência dos pontos de vista gerais dos Presidentes afetará o verdadeiro comportamento. Quer dizer, parece que o estabelecimento administrativo de objetivos, prioridades, etc., será quase totalmente um resultado de sua orientação geral.

Como observado acima, o desenvolvimento é o tema e o objetivo dominante e o legitimador da política. Além do mais, o papel principal do estado é assegurar o desenvolvimento através da aplicação de um forte controle. Os dados sobre Comportamento indicam que 74% de todos os ministros do gabinete no período 1964-1975 são qualificados como modernizadores; e que 33% do Orçamento Executivo

foram destinados a áreas estreitamente ligadas ao desenvolvimento — ao contrário dos 12% para as áreas menos diretamente a ele ligadas, tais como educação, etc.

Novamente, o relacionamento entre os dois conjuntos de dados — Atitudes e Comportamento — parece óbvio. Os vários discursos dos Presidentes estendem-se incisivamente sobre o desenvolvimento, e eles indicam aqueles que podem supervisionar e dirigir a modernização para chefiar os vários ministérios do governo. Os Presidentes pós-64 também falam em termos de distribuição de recursos para a infra-estrutura e a indústria e, ao mesmo tempo, a realidade da retórica está refletida nos Orçamentos Executivos, durante todo o período examinado. E, seguindo a suposição de que os ministros do gabinete renunciarão ou serão demitidos se não concordarem, em princípio, com os objetivos, etc., expressos pelo Presidente, encontramos uma taxa muito baixa e continuamente decrescente — 20%, 16%, 10% e 5%, para cada administração, respectivamente.

Deve ser enfatizado que o modelo de relacionamento entre certas variáveis é hipotético. Como resultado de nossa pesquisa exploratória, pensamos que existem razões plausíveis para sugerir-lo. No entanto, o apoio ou a rejeição para este modelo hipotético depende, inteiramente, de poder ser confirmado ou rejeitado, como resultado de uma análise empírica.

REFERÊNCIAS

1. Ver, por exemplo, Frederic J. Fleron, Jr., "Toward a Reconceptualization of Political Change in the Soviet Union: The Political Leadership System", *Comparative Politics*, Vol. I, Jan 69, pp. 228-44; ver também George Fischer, *The Soviet System and Modern Society*, Atherton, Nova Iorque, 1968.
2. Ver, por exemplo, Zbigniew Brzezinski e Samuel P. Huntington, *Political Power, USA/USSR*, Capítulo 3, Viking Press, Nova Iorque, 1965; Daweryn Bialer, "How Russians Rule Russia", *Problems of Communism*, XIV, Set-Out 67, pp. 16-26; Peter Frank, "The CPSU Obkom First Secretary: A Profile", *British Journal of Political Science*, Vol. I, Abr 71, pp. 173-90.
3. O estudo empírico deste assunto tem-se limitado quase que totalmente ao trabalho de Milton Lodge. Ver Milton Lodge, *Soviet Elite Attitudes Since Stalin*, Charles Merrill, Columbus, 1969; Milton Lodge, "Attitudinal Cleavages Within the Soviet Political Leadership", em Carl Beck, et al., *Comparative Communist Political Leadership*, pp. 202-225. Ver também J. David Singer, "Social Values and Foreign Attitudes of Soviet and American Elites", *Journal of Conflict Resolution*, Vol. VIII, Dez 64, pp. 411-91.
4. Poucos têm sido os trabalhos empíricos produzidos neste campo. Até agora, a maior parte da pesquisa sobre este assunto tem utilizado a "abordagem kremlinológica". Ver Robert Conquest, *Power and Policy in the USSR*, St. Martin's Press, Nova Iorque, 1961; Carl Linden, *Khrushchev and the Soviet Leadership: 1957-1964*, John Hopkins Press, Baltimore, 1966. Philip Stewart é um dos poucos pesquisadores que têm procurado desenvolver medidas de comportamento para as elites soviéticas. Ver Philip D. Stewart, et al., "Political Mobility and the Soviet Political Process: A Partial Test of Two Models", *American Political Science Review*, Vol. LXVI, Dez 72, pp. 1269-1290.
5. Ver Donald Matthews, *Social Background of Political Decision-Makers*, Doubleday, Garden City, 1964, p. 2, para uma apresentação mais detalhada dos benefícios da pesquisa de elites. William A. Welsh observou corretamente que muitas dessas pressuposições comuns não receberam uma validação empírica adequada no contexto soviético. Ver William A. Welsh, "Introduction: The Comparative Study of Political Leadership in Communist Systems", em Carl Beck, et al., *Comparative Communist Political Leadership*, David McKay, Nova Iorque, 1973, pp. 1-6.

6. William A. Welsh, *Political Elites: A Mode of Analysis*, Arquivo sobre Elites Políticas, Universidade de Pittsburgh, sem data.
8. William A. Welsh, "Methodological Problems in the Study of Political Leadership in Latin America", *Latin American Research Review*, V, nº 3, Outono 70, p. 3.
9. Ver, por exemplo, Michael P. Gehlen e Michael McBride, "The Soviet Central Committee: An Elite Analysis", *American Political Science Review*, Vol. LXIII, Dez 68, p. 1232. Frederick Barghooran, *Politics in the USSR*, 2ª Edição, Little, Brown, Nova Iorque, 1972, p. 188; Herry Hough, "The Party Aparatchiki", em H. Gordon Skilling e Franklyn Griffith, editores, *Interest Groups in Soviet Politics*, Imprensa da Universidade de Princeton, 1970, pp. 50-60. Frederic J. Fleron, Jr., "Representation of Career Types in Soviet Political Leadership", em R. Barry Farrell, editor, *Political Leadership in Eastern Europe and the Soviet Union*, Aldine, Chicago, 1970, p. 138; e Robert E. Blackwell, Jr., "Elite Recruitment and Functional Change: An Analysis of the Soviet Obkom Elite, 1950-1968", *Journal of Politics*, 34, Fev 72, p. 127.
10. Ver, por exemplo, John H. Kautsky, "Revolutionary and Managerial Elites in Modernizing Regimes", *Comparative Politics*, Jul 69, pp. 441-448; Harold Lasswell, et al., *The Comparative Study of Elites*, Estudos do Instituto Hoover, Série B; *Elites*, nº 1, Imprensa da Universidade Stanford, Palo Alto, 1952, p. 32; William A. Welsh, em F. J. Fleron (Editor), *Communist Studies and the Social Sciences*, Rand McNally, Chicago, 1969, pp. 324-326; B. I. Schwartz, *Communism and China: Ideology in Flux*, Imprensa da Universidade Harvard, Cambridge, 1968, p. 167-168; e I. William Zartman, "The Study of Elite Circulation", *Comparative Politics*, Abr 74, p. 475.
11. Donald D. Searing, "The Comparative Study of Elite Socialization", *Comparative Political Studies*, Vol. I, Jan 69, pp. 492-94.
12. William A. Welsh, "Methodological Problems in the Study of Political Leadership in Latin America", *Latin American Research Review*, V, nº 3, Outono 80, p. 3.
13. Milton Lodge, "Attitudinal Cleavages Within the Soviet Political Leadership", em Carl Beck, et al., *Comparative Communist Political Leadership*. David McKay, Nova Iorque, 1973, pp. 202-225.
14. Robert Putnam proporciona uma discussão de uma variedade de temas que talvez constituam uma definição de ideologia. Ver Robert D. Putnam, "Studying Elite Political Culture: The Case of Ideology", *American Political Science Review*, Vol. LXV, Set 71, pp. 654-662.
15. Segundo Diálogo de Población (Relatório de uma reunião em Barranquitas, Porto Rico, 14-16 Dez 78, Washington D.C.: Population Reference Bureau, 1969 Mimeografado).
16. Robert H. Donaldson e Derek J. Walter, *Status and Change in Revolutionary Elites: A Comparative Analysis of the 1956 Party Central Committee in China and the USSR* nº 01-011, Vol. I, Trabalhos Profissionais sobre Política Comparativa Publicados pela Sage, 1970.
17. Lewis J. Edinger e Donald D. Searing, "Social Background in Elite Analysis: A Methodological Inquiry", *American Political Science Review*, Vol. LXI, Jun 67, pp. 428-429, 438. Ver também "Attitude Cleavages", *op. cit.*, p. 216.

Fique com Brasil: A medida é certa

Transcrito de "Military Review"

